

Homenagem

Recebido: 20.10.14

Aprovado: 03.01.15

A obra de Carlos Hasenbalg e sua importância para os estudos das relações das desigualdades raciais no Brasil*

Angela Figueiredo**

Não lembro exatamente quando conheci Carlos Hasenbalg, provavelmente em 1994 ou 1995, quando estava concluindo a minha graduação. É impossível falar de Hasenbalg sem mencionar o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, onde nos encontramos pela primeira vez. Depois disso, tivemos outros encontros, até que em 1998 finalmente ingressei no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) para fazer o doutorado em sociologia na condição de orientanda de Hasenbalg. Naquele período, ele dizia que iria se aposentar e que provavelmente eu seria sua última orientanda. Felizmente essa expectativa não se confirmou... Estar na condição de orientanda de Hasenbalg era motivo de muito orgulho.

A chegada de Hasenbalg ao Brasil e o desenvolvimento de suas pesquisas sobre as relações raciais contribuí também para que o Rio de Janeiro despontasse como importante espaço para a reflexão sobre as relações raciais. É inegável a importância do Centro de Estudos Afro-Asiáticos na formação de pesquisadores negros e da revista que leva o mesmo nome do centro e que tem suas publicações relacionadas à questão racial. O *Afro*, como carinhosamente chamávamos, era também um local que possibilitava uma conexão estreita entre a reflexão acadêmica e o ativismo político, como destaca Lélia Gonzalez no livro *Lugar de negro*, publicado em 1982.

Ao longo de sua vida, Hasenbalg testemunhou mudanças políticas e econômicas significativas no Brasil e no mundo. Do ponto de vista político, desde sua chegada ao Brasil, ainda durante a ditadura militar, ele presenciou a formação do movimento negro, do movimento de mulheres e de outros movimentos sociais que exigiam igualdade no país. Do ponto de vista dos avanços no combate ao racismo e da construção da democracia no mundo, destaca-se o apoio às lutas pela descolonização de países africanos, a queda do apartheid na África do Sul (1990) e a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban, em 2001.

* Este texto foi originalmente apresentado em uma mesa em homenagem a Carlos Hasenbalg, realizada no XXXVIII encontro anual da Anpocs de 2014.

** Professora e pesquisadora do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL/UFRB), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRB).
<angela39@gmail.com>

As pesquisas desenvolvidas por Hasenbalg abriram um leque de possibilidades e de estímulo a outras pesquisas na área de educação, mercado de trabalho, mobilidade social e formação da classe média negra – tema ao qual tenho me dedicado a entender desde 1997. De acordo com os dados apresentados por Hasenbalg – e também em minhas pesquisas – mostramos que o emprego público tem sido o principal canal de mobilidade social para os não brancos; é certo que o critério de acesso ao emprego público, através de concurso, minimiza os efeitos do racismo na contratação da mão de obra. Nesse sentido, podemos inferir que, em tempos de privatização, os não brancos são mais afetados em suas trajetórias de mobilidade.

Algumas importantes contribuições de Hasenbalg: dos estudos sobre as relações raciais aos estudos sobre as desigualdades raciais

No Brasil, o interesse em entender os problemas das “relações raciais” constituiu uma preocupação que antecedeu à institucionalização da sociologia brasileira, a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e da criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. O tema esteve inicialmente presente em relatos de viajantes e, em seguida, na obra de ensaístas, a exemplo de Sílvio Romero, Manoel Bomfim, Oliveira Viana e, posteriormente, nos trabalhos de Gilberto Freyre.

A primeira geração estava preocupada com o futuro da nação brasileira, condenada pelos efeitos “maléficos” da mistura entre as raças. Nesse período, os estudos vislumbravam uma única saída: o clareamento – ou o embranquecimento – da população brasileira a partir da mistura racial em gerações consecutivas, ou seja, havia uma crença de que mestiçagens sucessivas levariam, inevitavelmente, ao desaparecimento da população negra. A partir dos trabalhos de Freyre, há uma consolidação da crença na democracia racial brasileira, paradigma interpretativo vigente pelo menos até o início dos anos 1990.

O terceiro momento é caracterizado pela institucionalização da sociologia (1933-1934) e, conseqüentemente, pela adoção de técnicas de pesquisa e reflexões teóricas mais rigorosas. Aqui é importante destacar a figura de Donald Pierson e a influência que exerceu sobre a sociologia brasileira e a Escola de Chicago. Pierson desenvolveu importante pesquisa sobre as “relações raciais” na Bahia, em que acaba por corroborar ou fortalecer a crença na inexistência do preconceito racial, enfatizando que o preconceito no Brasil era de classe.

As pesquisas desenvolvidas a partir dos anos 1950 – e que ficaram conhecidas como “Projeto Unesco” – inauguraram um novo viés interpretativo, pois ao apresentarem dados baseados em pesquisas realizadas em diferentes estados, com diferentes ní-

veis de desenvolvimento socioeconômico e contingentes populacionais com distintas composições étnico-raciais, possibilitou fragmentar a crença de que o preconceito no Brasil era apenas de classe, e não racial.

Nessa direção, vale destacar o trabalho de Florestan Fernandes (1978) e o seu pioneirismo ao chamar a atenção para o preconceito racial existente na sociedade brasileira, embora este defenda que o espaço marginal ocupado pelos negros se dava exclusivamente pela herança do passado escravista. Além da ênfase no preconceito de classe em detrimento de análises sobre o preconceito racial, os estudos estavam voltados para a compreensão do “problema dos negros brasileiros”, como destacou Guerreiro Ramos (1995). Dito de outro modo, até a pesquisa realizada por Florestan Fernandes, preconceito e discriminação eram utilizados como sinônimos.

Hasenbalg considera que a perspectiva assimilacionista está presente nas três diferentes abordagens:

Num caso, o papel da raça na geração das desigualdades é negado, noutro, o preconceito racial é reduzido a um fenômeno de classe e, por último, a discriminação racial constitui um resíduo cultural do já distante passado escravista. Nenhuma destas perspectivas considera seriamente a possibilidade de coexistência do racismo, industrialização e desenvolvimento capitalista (1982: 88).

Em 1979, a tese defendida por Carlos Hasenbalg argumentava que o racismo e a discriminação racial resultavam da competição só existente no capitalismo, no sentido de que só a partir da concorrência em que tal sistema viceja é que veríamos surgir a discriminação racial e o racismo sob sua formulação moderna.

Contudo, do ponto de vista da produção acadêmica, é incontestável a contribuição de Hasenbalg, que se encarregou de demonstrar, já na década de 1970, a existência das desigualdades raciais na configuração do mercado de trabalho e de seus desdobramentos em períodos posteriores, através de pesquisas sobre as desigualdades no acesso à educação e nos desníveis de renda entre negros e brancos.

Esta breve descrição sobre os estudos das relações raciais no Brasil objetiva demonstrar como a contribuição de Hasenbalg foi importante por operar um deslocamento na ênfase dos estudos de relações raciais para os estudos sobre as desigualdades raciais no Brasil; denunciar o racismo existente na configuração do mercado de trabalho e no acesso à educação; destacar o uso de uma metodologia quantitativa em seus trabalhos; bem como propor a substituição do conceito de ascensão social para o de mobilidade social ascendente.

Os anos 1980 foram profícuos na produção de estudos sobre as desigualdades no acesso à educação e ao mercado de trabalho. É sobretudo a partir dos estudos realizados por Hasenbalg que o tema mobilidade social dos negros passa a ser relacionado à educação, pois, até então, na literatura clássica constata-se a existência de três mecanismos prioritários de ascensão social utilizados pelos negros brasileiros, a saber: o apadrinhamento dos negros por famílias brancas; o casamento inter-racial, basicamente entre homens negros e mulheres brancas; e o embranquecimento social. Em todos os casos, a mobilidade ascendente era vista como exemplo contundente da inexistência do preconceito de cor/raça.

Na pesquisa que realizei para o doutorado (2003), sob a orientação de Hasenbalg, a partir da análise dos dados da Pnad/98, demonstramos que apenas 30% da classe média era composta por pessoas negras. Concluiu-se, na ocasião, que a classe média negra era incipiente, formada por membros da primeira geração de classe média e que se concentrava no setor público do mercado de trabalho. Hasenbalg insistia na importância de realizar pesquisas no setor público visando melhor compreender o mecanismo de promoção interna e observar se o racismo minimizado através dos concursos reaparecia nas promoções e mobilidade nas carreiras do serviço público.

Para concluir, quero, uma vez mais, destacar as contribuições do autor em relação ao estudo das desigualdades raciais no Brasil, assim como de sua colaboração na formação de muitos pesquisadores negros, dentre os quais certamente estou incluída. A mudança de Carlos Hasenbalg do Brasil para a Argentina coincidiu com o aumento do número de universidades públicas no país e, em decorrência, a ampliação do quadro de professores/pesquisadores que trabalham com o tema das desigualdades raciais e de professores negros, mas, infelizmente, não conseguimos ainda alterar a sensação de estar no gueto – como o autor descreveu no livro *Relações raciais no Brasil contemporâneo*.

Quem já passou pela experiência de trabalhar por mais de quinze anos com o tema das relações raciais e das desigualdades raciais no Brasil, como é o meu caso, dificilmente escapa à sensação de pertencer a um gueto minoritário dentro das ciências sociais brasileiras. Afinal de contas, os habitantes do gueto raramente são ouvidos pela maioria de fora. Ou a maioria finge que não escuta, que a conversa não é com ela (Hasenbalg & Silva, 1992: 9).

A sociologia do conhecimento praticada no gueto – como destaca Hasenbalg – é muito simples e formula questões como esta: por que será que entre os cientistas sociais estrangeiros que estudam o Brasil, notadamente os norte-americanos, há um número proporcionalmente maior do que de brasileiros que se preocupa e escreve sobre temas raciais no Brasil? Uma resposta vem à mente: nos Estados Unidos

o tema racial sempre teve um lugar centralizado no âmbito de debate público e, por isso, conta com mais legitimidade na esfera acadêmica (cf. Hasenbalg & Silva, 1992: 10). Para Hasenbalg, é preciso formular questões como:

1. Como tem sido tratado o tema?
2. O que sabemos?
3. O que pode ser feito para diminuir as desigualdades?

No que se refere ao terceiro ponto, Hasenbalg destaca a existência de

três linhas principais de ação para enfrentar o problema: o primeiro dos caminhos é o legal e consiste em evitar que a nova legislação que criminaliza o racismo se constitua em letra morta e dispositivo iníquo, como aconteceu com a Lei Afonso Arinos... Um aspecto positivo do caminho legal está no seu efeito educativo sobre a sociedade... O segundo caminho está indicado pela política de ação afirmativa... O terceiro caminho de políticas não racialmente especificadas... Política social democrática e redistributiva, destinadas a igualar as chances de vida para todos (Hasenbalg & Silva, 1992: 16).

Como não poderia deixar de mencionar, quero destacar a posição favorável de Hasenbalg às ações afirmativas, reafirmada em entrevista publicada na *Revista Tempo Social* (2006: 266), concedida a Antonio Sérgio Guimarães, que indagou:

Você acha que o sistema de cotas que vem sendo adotado por mais de 20 universidades públicas brasileiras, assim como o ProUni, tem condições de reverter ou minorar o quadro das desigualdades raciais no Brasil? Foi essa a razão que o levou a apoiar publicamente essa política?

E Hasenbalg respondeu-lhe:

Estranho seria se quem pesquisou e denunciou as desigualdades raciais no Brasil durante mais de 20 anos não apoiasse o sistema de cotas e programas como o ProUni.

Referências

FIGUEIREDO, Angela. *Classe média negra: trajetórias e perfis*. Salvador: Edufba, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. v. II. São Paulo: Ática, 1978.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. São Paulo: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Entrevista com Carlos Hasenbalg. *Tempo Social*, v. 18, n. 2, São Paulo, Nov. 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0702006000200013&script=sci_arttext>.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Relações raciais n Brasil contemporânea*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; Luperj, 1992.

PIERSON, Donald. *Branços e negros na Bahia*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A introdução crítica a sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.